

Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal

Presidenta: Senadora Damares Alves

Vice- Presidenta: Senadora Mara Gabrilli

Autor do Requerimento n. 88/2025: Senador Paulo Paim

Relatório/Sistematização:

De acordo com o Requerimento n. 88/2025 foi realizada diligência externa no município de Viamão-RS, com o objetivo de averiguação de fatos apresentados com oitiva: situação dos povos tradicionais; abastecimento e acesso à água; lixão em áreas de nascentes e a permanência da Intersindical de Viamão em uma aérea pública, na qual está há 24 anos e solicitado providências junto às autoridades competentes.

A diligência aconteceu pela Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal na Câmara de Vereadores do município de Viamão/RS.

Organização: Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal - CDH e Centro de Integração Paulo Paim - CIPP

Quando: DIA 4/09/2025

Horário: 9:00 HORAS



Composição da Mesa:

Presidente da Diligência: Senador Paulo Paim PT/RS

- Deputado Federal Pompeu de Mattos PDT**
- Deputada Federal Denise Pessoa PT/RS**
- Deputada Federal Reginete Bispo PT/RS**
- Deputada Estadual Sofia Cavedon PT/RS**
- Deputado Estadual Adão Pretto PT-RS**
- Deputada Estadual Estela Farias PT-RS**
- Vereadora Eda Regina da Silva G. de Godoy-PDT**
- Vereador Marco Antônio Borrega - PDT**
- Dra. Gizane Mendina – Defensora Pública RS**
- Paulo Fernando Pinto Ferreira Coordenador da Intersindical de Viamão-RS**
- Jamir Silva, Professor Representante da Associação dos Moradores de Águas Claras**
- Eliete Citadin, Representante do Movimento Não Lixão**
- Eloir Guarani Mbyá – Cacique representante da Aldeia Mbyá Guarani**



Pautas que foram debatidas na Audiência:

1 - despejo da Intersindical da área cedida da Prefeitura que sindicatos ocupam há 24 anos;

Após mobilização, Justiça suspende ordem de desocupação de sede sindical em Viamão (RS).

Sindicatos e apoiadores realizam ato em frente à sede da Intersindical de Viamão após notificação de desocupação pela prefeitura - Foto: William Dias

Entidades sindicais e de aposentados que integram a Intersindical de Viamão (RS) foram notificadas pela prefeitura municipal para desocupar a sede que ocupam há mais de 20 anos. A medida gerou reações entre dirigentes sindicais, que afirmam ter sido surpreendidos com a ordem de entrega das chaves em um mesmo dia, sem diálogo prévio com o governo. Após mobilizações das entidades sindicais e manifestações de apoio de diversos setores da sociedade civil, a Justiça concedeu liminar que suspende a ordem de despejo da sede.

A Intersindical reúne o Sindicato dos Servidores Municipais, o Sindicato dos Comerciantes, o Sindicato dos Trabalhadores da Alimentação e a Associação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos de Viamão. O prédio foi construído



pelas próprias entidades em um terreno cedido em comodato pela prefeitura no início dos anos 2000.

Segundo representantes sindicais, o imóvel foi construído com recursos próprios das entidades e passou por reformas ao longo dos anos. O contrato de concessão venceu em 2022. Até este ano, não havia sido formalizado novo acordo ou iniciado processo de retomada da área por parte da prefeitura.

Em maio, a prefeitura notificou as entidades para desocuparem o local em 60 dias. Posteriormente, uma segunda notificação reduziu o prazo, exigindo a entrega imediata das chaves. Dirigentes sindicais afirmaram ter sido surpreendidos com a exigência sem diálogo prévio.

Paulo Ferreira, coordenador da Intersindical, relatou que o grupo tenta, desde janeiro, uma audiência com o prefeito Rafael Bortoletti. “A direção da Intersindical está desde janeiro tentando uma audiência com o prefeito e não tivemos êxito”, disse. Segundo ele, vereadores governistas também tentaram intermediar conversas sem sucesso.

Indícios de irregularidades

As entidades informaram ainda que ingressaram com ação judicial pedindo a suspensão da ordem de desocupação. A juíza responsável pelo caso atendeu o pedido em caráter



liminar, destacando a necessidade de análise detalhada sobre a legalidade do ato administrativo.

Na decisão, a magistrada indicou indícios de irregularidades, como desvio de finalidade, motivação política e falta de fundamentação adequada no ato de despejo. Apontou também a violação à boa-fé e à confiança legítima entre poder público e sociedade.

A juíza considerou inadequado o prazo curto para desocupação, especialmente devido às benfeitorias realizadas no local, cujo ressarcimento deverá ser discutido judicialmente. Determinou ainda que a prefeitura apresente informações claras sobre o caso e mantenha diálogo com a Câmara de Vereadores e com a comunidade antes de qualquer nova medida.

Segundo Matilde Brodt, presidente da Associação de Aposentados, Pensionistas e Idosos de Viamão, o espaço atende mais de 5 mil pessoas cadastradas, incluindo idosos de Viamão e Alvorada. “O nosso trabalho dentro da associação é de extrema relevância”, afirmou.

O local também sedia reuniões de conselhos municipais, encontros do Fórum da Economia Solidária, do Fórum dos Negros e atividades de assistência social, como reuniões do



Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e conferências municipais.

Após a decisão, os sindicatos informaram que seguem mobilizados para discutir alternativas. “Faço um apelo para que o prefeito receba os representantes e construa uma alternativa viável, e não assim simplesmente despejá-los”, declarou Ferreira.

A reportagem entrou em contato por e-mail com a Prefeitura de Viamão sobre as notificações de despejo e as denúncias relatadas. Até o fechamento deste texto, não houve resposta. O espaço segue aberto para manifestação.

Editado por: **Marcelo Ferreira BRASIL DE FATO**

2 - Lixão em Viamão que se conectam com as bacias hidrográficas do Rio Gravataí;

No Dia Mundial do Meio Ambiente, celebrado nesta quarta-feira (5), ambientalistas, movimentos sociais e ativistas fazem um protesto contra a instalação de um lixão metropolitano na Fazenda Monte Verde, em Viamão (RS). A manifestação, organizada pelo Movimento Não ao Lixão,



ocorre a partir das 12h, na entrada do centro da cidade, na altura da sinaleira da RS-040.

“O protesto tem como objetivo chamar a atenção para os graves impactos socioambientais que o empreendimento pode causar, como contaminação das águas e impactos na saúde dos ecossistemas”, destaca a organização. De acordo com o movimento, o local em que se pretende construir o lixão fica a cerca de 2 km da comunidade indígena do Cantagalo.

O movimento alerta para o risco de contaminação das águas que abastecem a região metropolitana. “A construção do lixão representa uma ameaça direta aos recursos hídricos da região. A área proposta para o aterro sanitário está situada sobre sedimentos instáveis, o que aumenta o risco de vazamentos que poderiam contaminar tanto a água superficial, quanto a subterrânea”, destaca.

Segundo os ambientalistas, isso afetaria diretamente comunidades locais e ecossistemas importantes, como a Área de Proteção Ambiental (APA) do Banhado Grande e o Banhado dos Pachecos. A organização aponta que 50 cidades do Estado serão impactadas pela construção do lixão.

O movimento lembra ainda que Viamão, rica em recursos hídricos, possui o Aquífero Coxilha das Lombas, com reservas



estimadas em 6 bilhões de metros cúbicos de água. “O aquífero é crucial não apenas para o abastecimento local, mas também para o assentamento Filhos de Sepé, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que utiliza a água do corpo d’água. Empresas, como a Ambev, também utilizam a água subterrânea da região.”

Segundo os manifestantes, um relatório do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) destaca a alta vulnerabilidade do sistema aquífero local. Nesse sentido, a presença do lixão pode levar à contaminação do lençol freático, comprometendo a água que abastece a região metropolitana de Porto Alegre.

“Além disso, os fluxos de água contaminada podem atingir importantes bacias hidrográficas, como as do Arroio Alexandrina e do Rio Gravataí, afetando a rizicultura, pecuária e o abastecimento urbano de mais de 660 mil habitantes”, pontua. O grupo defende, portanto, soluções ecológicas e sustentáveis para o tratamento do lixo, destacando “a necessidade de prevenção e de repensar o modelo atual de produção e consumo”.

Editado por: Katia Marko – BRASIL DE FATO



3 - AEGEA está construindo 26 poços para retirada de milhões de litros de água dos aquíferos em Águas Claras;

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Pepe Vargas, acompanhou moradores da localidade de Águas Claras, em Viamão, na entrega de um documento ao presidente do Ministério Público de Contas do Estado (MPC), Ângelo Borghetti, manifestando-se contra a perfuração de poços artesianos pela Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan)/Aegea.

O documento solicita transparência, respeito ambiental e compromisso com a população local. A reunião também contou com a presença dos deputados Adão Pretto (PT) e Stela Farias (PT).

Segundo o texto, um estudo de pós-graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) aponta que, em curto prazo, a medida pode gerar impactos ambientais como prejuízos à agricultura e à pecuária, secagem de açudes e poços, erosão do solo e danos à flora e à fauna.

De acordo com o presidente da Associação de Moradores de Águas Claras, Omar Batista Bandeira de Fraga, a comunidade teme pela preservação do solo e dos lençóis freáticos, que garantem não apenas o abastecimento de água, mas também a produção agrícola e pecuária local. "São ao menos 26 poços sendo perfurados, com instalação



de canos de grande porte. Nosso movimento é pela manutenção sustentável da água na comunidade. Viemos demonstrar nossa preocupação”, declarou.

A estimativa é que sejam retirados entre 550 e 900 litros de água por segundo do subsolo, o equivalente a 47 a 77 milhões de litros por dia. “É um volume muito superior ao consumo de água da comunidade”, ressaltou Omar.

Pepe Vargas afirmou ter recebido denúncias sobre a perfuração de lençóis freáticos em diversos locais, apontando a prática como estratégia para aumentar a lucratividade da concessionária. “Abandonam o investimento na captação de águas superficiais para reduzir custos, mantendo a lucratividade e a concessão por muitos anos, mas liquidando as reservas e deixando um passivo ambiental para a população”, alertou.

Texto: Silvana Gonçalves A população do distrito de Águas Claras, em Viamão, na Região Metropolitana de Porto Alegre, está organizada contra a instalação de poços artesianos pela empresa Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan), atualmente sob administração da Aegea. A principal preocupação da comunidade diz respeito à possibilidade de captação em larga escala da água subterrânea local para o fornecimento a outros municípios da região, como Canoas, Alvorada e a capital Porto Alegre.



O movimento é coordenado pela Associação de Moradores de Águas Claras e tem apoio de entidades ambientais e moradores da região. Com o nome “Pela Manutenção Sustentável da Água em Águas Claras”, a mobilização prepara um protesto para o dia 19 de julho, às margens da RS-040, principal rodovia de acesso ao distrito. O ato foi anunciado como pacífico e contará com faixas, cartazes, caminhadas e carro de som.

Projeto prevê retirada de milhões de litros por dia

Segundo dados reunidos por moradores contrários ao projeto, a proposta da empresa prevê a retirada de um volume diário entre 47,5 e 77,7 milhões de litros de água, o que equivale a até 25 vezes o consumo atual do distrito, estimado em aproximadamente 3 milhões de litros por dia para cerca de 20 mil habitantes.

Para o presidente da Associação de Moradores de Águas Claras, Omar Fraga, a comunidade teme que a medida prejudique o abastecimento local. “Sempre cavamos nossos próprios poços, com nossos próprios recursos. A água aqui é nossa e sempre foi cuidada pela comunidade”, afirma.

Riscos ambientais são apontados

Moradores e ambientalistas também alertam para possíveis impactos em ecossistemas da região, como os banhados do Pacheco, Chico Lomã, Gravataí e Lombas. Esses ambientes



são considerados frágeis e essenciais para a manutenção da biodiversidade local.

Panfleto distribuído pela comunidade explica os prejuízos da obra / Reprodução

O vereador Marco Antônio Borrega (PDT), que acompanha a mobilização, reforça a necessidade de cautela: “O aquífero não é infinito. Se a retirada for em volume elevado, haverá impacto nas nascentes, nos poços existentes e na fauna dos banhados. Isso precisa ser debatido com dados técnicos e participação da população”.

Concessão à iniciativa privada gera críticas

Outro ponto de insatisfação entre os moradores é o modelo de concessão à iniciativa privada. Atualmente, muitas famílias utilizam água de poços próprios e não pagam pelo serviço. A possível transição para um sistema tarifado gera resistência.

“Se essa captação ocorrer, além de perdermos a água, também poderemos ter que pagar por algo que sempre foi de uso livre da comunidade”, pontua Fraga, afirmando que os moradores não foram consultados.

A ambientalista Iliete Citadin, moradora da região e uma das organizadoras do protesto, também se posiciona contra a iniciativa. “Estão propondo a retirada de água perto de áreas sensíveis como a Colônia das Lombas. A população é contra



e vai se manifestar. Essa água é nossa, e precisamos defendê-la.”

Mobilização pede alternativas e participação popular

Os moradores planejam acionar o Ministério Público e buscar apoio de entidades acadêmicas, organizações da sociedade civil e representantes do Legislativo. A ideia é que o tema seja debatido com base técnica e respeitando o direito da comunidade de decidir sobre os recursos naturais da região.

“Águas Claras já diz no nome: aqui, a água é um bem precioso”, reforça Fraga. “Não podemos permitir que seja explorada sem pensar nas futuras gerações.”

O Brasil de Fato RS entrou em contato com a empresa Corsan sobre as denúncias e até o fechamento da matéria ainda não houve retorno. O espaço permanece aberto para manifestações. Editado por: Marcelo Ferreira

4 - Retirada dos índios da Reserva Comunidade Indígena Mbyá Guarani;

Governo do Rio Grande do Sul pretende transferir ao município de Viamão área ocupada pelo povo Mbya Guarani. A justificativa é construir um Centro Logístico, Empresarial e Tecnológico no local; o Projeto Lei 280/2025 deve ser votado nesta semana pela Alergs.



Por Eloir de Oliveira, Roberto Liebgott e Sílvia Jardim*

O governador do estado do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, encaminhou, em regime de urgência, inúmeros projetos de leis a serem votadas nessa semana, de 14 a 18 de julho, pela Assembleia Legislativa (Alergs). Dentre eles há o Projeto de Lei (PL) 280/2025, que busca transferir grande parte de uma área onde existe de um centro de pesquisa da antiga Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (Fepagro) e uma retomada indígena do povo Mbya Guarani, da Tekoa Nhe'engatu.

A justificativa desse projeto, segundo o governo do estado é busca construir um Centro Logístico, Empresarial e Tecnológico. A área em questão tem 148.80 hectares, desses 88,80 hectares seriam doados ao município de Viamão.

O PL 280/2025, que está no pacote de projetos do executivo estadual, se aprovado, prevê que em cinco anos haja a construção e implantação de toda infraestrutura do Centro Logístico e Empresarial.

“A justificativa desse projeto, segundo o governo do estado é busca construir um Centro Logístico, Empresarial e Tecnológico”



De acordo com a justificativa do projeto, o município se compromete a investir em infraestrutura urbana, como energia, saneamento e telecomunicações, priorizando tecnologias sustentáveis. Também deverá garantir a preservação ambiental, oferecer capacitação profissional, firmar parcerias com centros de pesquisa e promover a inclusão de comunidades indígenas por meio da regularização fundiária da área que ocupam.

A comunidade indígena, que vive no local, não foi ouvida. Diante desse fato, os indígenas e seus apoiadores pedem, com urgência, uma reunião com os parlamentares, especialmente de oposição, bem como com o presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Deputado Estadual Pepe Vargas (PT-RS).

É importante enfatizar que onde funcionava a Fepagro, em Viamão, está alojada a comunidade Mbya Guarani Nhe'engatu, reivindicando a demarcação da terra como sendo de ocupação permanente de 57 famílias indígenas.

“Os indígenas não foram ouvidos, diante dos fatos, cobram uma reunião com os parlamentares e a retirada do projeto de votação”

Houve, contra os indígenas – movida pelo estado do Rio Grande do Sul, – uma ação de reintegração de posse, mas o pedido de liminar foi indeferido, cujo processo atualmente está na fase de conciliação, por



meio do processo nº 5048737-97.2024.4.404.7100/RS, que tramita na 9ª Vara da Justiça Federal de Porto Alegre.

A Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) elaborou um relatório de qualificação (SEI nº 7339895), que também será entregue aos parlamentares. Essa etapa da qualificação antecede a instalação de um grupo de estudos para os trabalhos de identificação e delimitação da área, caso seja exitosa a demanda no âmbito administrativo.

A comunidade conta atualmente com escola estadual, atendimento à saúde e fornecimento de água pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) e todas as famílias possuem casas para morar.

“Desde a retomada da área pelos Mbyá Guarani há um trabalho de conversação, com integrantes do Seapi-RS, para a coexistência da pesquisa e a comunidade”

Desde a retomada da área pelos Mbyá Guarani, em fevereiro de 2024, há um trabalho consistente de conversação, com integrantes do Departamento de Pesquisa da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação (Seapi-RS), para possibilitar a coexistência da pesquisa e a comunidade indígena.

Lamentavelmente, porém, à revelia de todos esses processos, e sem consultar a comunidade, como a Convenção 169 da OIT impõe, o governo do estado encaminhou o PL 280/2025 para entregar ao município



de Viamão parte expressiva área, o que impactou todos os envolvidos na questão, e, especialmente, a comunidade indígena.

E pior, o PL está – como nos referimos – na Assembleia Legislativa para votação em regime de urgência. Por isso tudo, faz-se necessário o estabelecimento do diálogo e a retirada do processo da pauta de votação, assegurando a garantia dos direitos indígenas à Terra – artigo 231 da CF/1988 – e de serem consultados de forma livre, previa e informada acerca de todos os projetos que impactam suas vidas e terras, como prevê a Convenção 169 da OIT.

Porto Alegre (RS), 14 de julho de 2025.

*Artigo elaborado por Eloir de Oliveira, cacique da Tekoa Nhe'engatu; Roberto Liebgott, Cimi Regional Sul – Equipe Porto Alegre; Sílvio Jardim, Departamento de Direitos Humanos da Associação dos Procuradores do Estado do Rio Grande do Sul (APERGS), entidade colaboradora do Conselho Estadual dos Povos Indígenas do Rio Grande do Sul (Cepi-RS) e Conselho Estadual de Direitos Humanos (CEDH-RS).

FALAS DAS LIDERANÇAS DA MESA PRINCIPAL (RESUMO):



Paulo Ferreira: Discorreu sobre as causas que geraram o pedido dessa Audiência Pública (**Anexo**).

Fatos Abordados: A separação de sindicatos que compõem a Intersindical. 2024 Doação definitiva não acontecida. Rompimento unilateral da Prefeitura. Perdemos Hum milhão e duzentos mil destinados pela Deputada Federal Denise Pessoa que seria aplicado em um Centro Comunitário na área da intersindical. Cerco de cerceamento da liberdade sindical .

Eliete Citadin – Não ao Lixão, luta há 7 anos com Corsan/AEGEA. Prefeito de Viamão está sendo cassado e segue criminalizando movimentos sociais. Lixão 2019 - Valdir Bonatto e prefeito atual seguem criminalizando os movimentos sociais. Toda a água será contaminada. Poços Artesianos. Funai ficou ao lado da AEGEA. FEPAN, 20 de maio, não estava lá na formalização de protocolos Indígenas. Encaminhar filmagem da Diligência Externa de hoje para uma Frente de Parlamentares para acatar os pedidos/encaminhamentos.

Professor Jamir Silva.

Na luta contra a extração irregular de água de Águas Claras. Deputada Estadual Estela Farias na luta junto. Evitar de todas as formas a continuidade de construção dos 26 poços previsto em projeto irregular da AEGEA, para evitar o terrível impacto que virá.



Estudos da FURG e UFRGS mostraram toda a problemática. AEGEA não tem licenciamento ambiental para captação de águas subterrâneas. 26 postos estão previstos. Em 6 instalados, há 47 milhões de litros d'água extraídos por dia.

Cacique Eloir Mbyá Guarani - 5 aldeias atingidas , com 57 famílias na Canta Galo, atingidas. Não se tem uma única política pública para o povo Mbyá Guarani. Muita gente tem que ler a história de Viamão. Município e Estado têm uma dívida eterna. Todo o povo Guarani recebe somente 303.000,00 de projeto para Jesuítas...não estamos aqui para sermos vistos, infelizmente. Em Capivari, temos uma situação totalmente desumana. A Injustiça com o povo guarani é caso da DPU investigar e agir. Reconhecimento e visibilidade dos direitos do Guaranis no Brasil.

Vereador Borrega – Não ao Lixão e retomada da área da FEPAGRO. 26 poços gerarão um grande impacto ambiental destrutivo nos aquíferos em questão. Estão aqui todas as esferas políticas. Poder econômica da AEGEA sendo utilizado unilateralmente Esses aquíferos não têm água tratada. Águas Claras -Catástrofe anunciada se todos os poços do projeto atenderem todo o projeto. Temos que barrar processo de extração do aquífero de Águas Claras.

Deputada Estadual Estela Farias – Viamão tem muitas riquezas naturais. É a bola da vez dos ataques de governos extremistas. O procurador geral do estado foi antigo CEO da AEGEA. Estamos vivendo um duro período de entrega do



Patrimônio Público. Não há óbice para explorar os aquíferos de Viamão. Estamos nessa luta com muita determinação.

Deputada Federal Reginete Bispo – Tivemos enchentes, que atingiram violentamente o nosso meio ambiente. Temos que lutar juntos para a recuperação dos povos indígenas e das 3 comunidades Quilombolas de Viamão, totalmente desassistidas. Vamos ter que ter um movimento conjunto, para exercer fiscalização federal, para as derrubadas de árvores e desmatamento que estão ocorrendo no Parque Saint Hilaire. Nosso escritório de Porto Alegre está a disposição para acompanhar essas situações. O governo Lula destinou mais de 112 Bilhões para as emergências estaduais. Temos que ter fiscalização sobre esses recursos destinados. Frente Ampla agindo!

Defensora Pública Gizane Mendina, Coordenadora do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos e Étnico-Raciais.

FEPAN – Processo de Licenciamento. Indígenas – Deveres do Estado. Livre manifestação das Comunidades não acontece. Não há respeito aos protocolos existentes. A boa fé deve ser seguida sempre. **FEPAN** – Indígenas de Viamão – Consulta Prévia urgente, para adequar visitas da Defensoria Pública a todas as Comunidades Indígenas- Ter Educação Bilingue, com protocolos específicos que deverão ser seguidos. Os povos indígenas de Viamão deverão ter seus direitos atendidos através de Consulta Pública.

Professor Fiorezze – Diretor IF Viamão



Temos que busca junto ao BB respostas para a questão do Arrendamento para o MST, para plantio de arroz Ecológico. Não existe outorga para 26 poços, só para 6, utilizados para pesquisas. Esse processo que acontece é para água tratada e não para água bruta dos aquíferos. Saneamento Básico lastimável no RS. FEPAN e Direitos Difusos- Políticas Públicas Federais devem acontecer e não existir regressão de direitos conquistados.

Pompeu de Mattos – Deputado federal – PDT

Povo de Viamão está sob ataque! Aquíferos, Lixão Regionalizado, Intersindical ameaçada de Desmonte, vereadora Eda sendo julgada por falar a verdade, sendo atacada por uma ditadura da maioria. Foi realizado um Ato de Desagravo nessa Diligência, em apoio à Vereadora Eda, sugerida pelo nobre Deputado Pompeu de Mattos. Prefeito vai ter que negociar a questão da Intersindical ou vai perder na justiça! Ressaltou que nessa histórica Diligência, toda a sociedade Civil esteve presente. Luta dos Povos Indígenas tem que avançar com esse grupo unido.

ICO - Entrando na Justiça de forma administrativa. Ministério Público pede vistas e AEGEA e FEPAN não respondem. FEPAM não respondeu sobre vistorias , pois existe um crime grave. AEGEA e água tratada do Fiúza(Favorecimento).



Deputada Estadual Sofia Cavedon – Estamos ao vivo nas redes! Luta da CDH, essa terra tem dono. Povo ama essa terra com harmonia do Meio Ambiente. Viamão está dominado pela exploração. Viamão com seu governo, desrespeitou essa Diligência e não se fez presente. Águas, Lixão, Parque Saint Hilaire...Formamos uma base de Resistência histórica. **Sugestão: Ministério Público Federal tem que agir!** Tem que suspender esse projeto dos 26 poços dos aquíferos de águas Claras. Milhões de dinheiro público aplicado e obras paradas. Crime patrocinado pelo Governo Estadual.

Deputada Federal Denise Pessoa – Destinou R\$1.200.000,00 (hum milhão e duzentos mil reais) para a Intersindical. Pela situação não pode ser aplicado. Iniciativas de destruir e atacar quem se organiza. Viamão é um Oásis em questão ambiental.

O planejamento urbano não prevê lixão. Plano Diretor tem que ser aprovado com participação popular. Temos que acionar Casa Civil e Ministério de Desenvolvimento Social. Plano Diretor é aprovado pelos vereadores.

CARINA Kunze -Assessora da Deputada Melchionna – Essa luta é jurídica e política. Acionar o Ministério do Meio Ambiente. Governo sem diálogo com a população . MP, Funai, etc.. Interesses Econômicos com o PL 280. Área Demarcada. Área de Proteção Ambiental é de posse federal. Viamão ser



lixão da Grande Porto Alegre. Transporte caro. Estado e Município não dialogaram à respeito. Negros e Terreiros atacados. Violência contra as mulheres(Deputadas Fernanda Melchionna e Maria do Rosário priorizando também essa luta.

OMAR – Presidente da Associação de Águas Claras

AEGEA/CORSAN estão praticando um Estelionato.

Art. 1 do Código penal tira qualquer dúvida. Coniventes com formação de quadrilha. Ação necessária: Paralisar essa obra, dos 26 poços para retirar água dos aquíferos subterrâneos de Águas Claras. Deputado Pompeu, queremos uma água boa para tomar um gostoso Chamarão!

Deputado Estadual Adão Pretto – Reafirmo meu compromisso com Viamão! Viamão se transformou em palco de interesses, especulações e fake, news pelas redes sociais. Viamão vai ter sim mais um . Vamos defender nossas conquistas , divulgando-as nas redes sociais. O terreno do nosso Instituto Federal foi adquirido por 44 milhões do nosso governo federal.

Em Águas Claras está ocorrendo um Crime Ambiental. AEGEA – CPI para analisar esse crime ambiental promovido pelos governos municipal e estadual.



JOSÉ – Jovem estudante do Curso Técnico Ambiental e do Coletivo Juntos do PSOL

O que está acontecendo em Viamão é Racismo Ambiental contra Indígenas e Quilombolas. Também a existência, pelo que aconteceu com a vereadora EDA nos mostra a política de gênero sendo institucionalizada. Temos uma Oligarquia em Viamão.. verdadeiros direitos conquistados estão sofrendo sérios ataques.

Vereador Alex Boscaini, ex prefeito de Viamão.

Estamos tendo ataques sem precedentes em Viamão! O país tem que saber o que acontece em Viamão! Essa Diligência tem muita representatividade de todas as áreas. Vamos juntos, aprovar todas essas pautas! Vejam se tem cabimento..50 municípios serão atendidos pelo Lixão que está sendo criado. Temos que acionar áreas de Fiscalização em nível Federal.

Matilde Broth – Presidenta da Associação de Aposentados.

Políticas para Pessoas Idosas não existem nesse governo municipal. Precisamos de uma Delegacia para Pessoas Idosas. Foi feito pedido ao Deputado Adão Pretto para avaliar essa situação.

Maximiliano (Platéia)



Parabenizo à todos. Lutar pelo respeito e um novo momento, respeitando os povos indígenas e Quilombolas. Direitos Humanos tratados com coerência nas atitudes. Justiça Socioambiental e ações efetivas dos parlamentares presentes.

Eliseu Fagundes Chaves – Ridi, ex-prefeito de Viamão.

Espera a Reversão das situações da Intersindical e Águas Claras. Também solicita que a Diligência faça encaminhamentos para atender a luta SOS Viamão ERS 040.(Anexo ao relatório entregue ao senador Paim, encaminhada pela Coordenação Geral Associação SOS Viamão ERS-40 e pelo Conselho Associação SOS Viamão ERS-040)

- Retirada do Processo de Privatização.
- TRENSURB até Alvorada.

Vereadora EDA – PDT Viamão

Perseguição! O prefeito não respeita ninguém! Líder dos Baderneiros. Demandas importantes: Parque Saint Hilaire, Não à privatização das águas. Financeiro de Viamão e não naturalizar o meio ambiente.

Resumo dos Encaminhamentos



O mandato do Senador Paulo Paim articular junto ao Senado Federal, Câmara Federal, MPF, MPE e MPC, DPE e DPU, também Ministérios a fins: Meio Ambiente, Povos Indígenas, INCRA Desenvolvimento Regional, Cidades e Ministério da Integração e outros setores, caso necessário, juntamente com deputadas e deputados estaduais, Vereadoras e Vereadores de Viamão, também com os Movimentos Sociais, Ambientais e Sindicais, as pautas levantadas no dia de hoje:

Intersindical ficar no lugar que ocupa atualmente, conforme documento entregue (1).

Não ao Lixão Regional, encerrar processo. Conforme documento entregue (2).

Nhe'Engatu: abaixo PL 280/2025 ALERGS, para reconhecer e legalizar a área para os Mbya Guarani Conforme documento entregue (3).

Águas Claras: trancar imediatamente a obra da AEGEA/Corsan. Empresa protagoniza roubo das águas subterrâneas (conforme documento entregue) (4)

MST: Assentamento Filhos de Sepé, ocupação de nova área na região da Pimenta. *Acelerar com o Banco do Brasil, processo de passar as terras em definitivo para o MST, tendo em vista que já estava previsto esta destinação ao Movimento. A burocracia que vem entravando esta entrega.



Verificar processo que vem destruindo o Parque Saint Hilaire, da mesma forma, verificar a destruição da APP. do Lago Tarumã.

Mobilidade: Trensurb continuar pública e levar em consideração às duplicações da RS118 e Caminho do Meio, conforme documento entregue (5).

Apoio a Vereadora Eda, vítima de violência de gênero por vereador da casa Legislativa de Viamão.

(Registro ou Moção).

Apoio ao Movimento Estudantil, desrespeitado pelo governo municipal e **repúdio à cedência** de área do IF Viamão para à Prefeitura sem consulta à Comunidade. **(Consulta Popular).**

Moção de Apoio à ATAPIV. (6).

Solicitação de Emenda Parlamentar destinada ao BPM de Viamão. (7).

